

ABORDAGEM HISTÓRICA-CONCEITUAL SOBRE O PARADIGMA DA GRAMATICALIZAÇÃO

Célia Márcia Gonçalves Nunes Lôbo¹

Geovana Portela de Moura²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar uma análise histórica do conceito “gramaticalização”, o qual está no centro dos estudos funcionalistas. Meillet foi o cunhador do termo gramaticalização, primeiramente utilizado em 1912, em seu trabalho intitulado *L'évolution des formes grammaticales*, portanto, a história desse processo pode estar relacionada a épocas bem mais remotas e, em contrapartida, também apresenta continuidade em estudos atuais relacionados à “Gramática de Construções” e em estudos cognitivistas. Desse modo, este artigo foi desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica amparada em referencial teórico relevante aos estudos acerca do paradigma da gramaticalização e pretendeu-se pesquisar como o conceito de gramaticalização foi e está sendo construído ao longo dos anos mediante a abordagem de diversos autores que dissertam sobre fenômenos relacionados a mudanças linguísticas.

Palavras-chave: Funcionalismo. Gramaticalização. Mudanças linguísticas.

HISTORICAL-CONCEPTUAL APPROACH ON THE PARADIGM OF GRAMMATICALIZATION

ABSTRACT: This article aims to present a historical analysis of the concept “grammaticalization”, which is at the heart of functionalist studies. Meillet was the coiner of the term grammaticalization, first used in 1912, in his work entitled *L'évolution des formes grammaticales*, therefore, the history of this process may be related to much earlier times and, on the other hand, it also presents continuity in related current studies. the “Grammar of Constructions” and in cognitive studies. Thus, this article was developed through bibliographical research supported by a theoretical framework relevant to studies on the paradigm of grammaticalization and it was intended to research how the concept of grammaticalization was and is being built over the years through the approach of several authors who lecture on phenomena related to language changes.

Keywords: Functionalism. Grammaticalization. Linguistic changes.

INTRODUÇÃO

¹ Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente do Centro Universitário Unicathedral. Barra do Garças, Mato Grosso, Brasil. E-mail: celiamarciagn@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8811-814X>.

² Mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Docente da Secretaria de Educação de Mato Grosso (SEDUC – MT). Sinop, Mato Grosso, Brasil. E-mail: prof.giportela@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1539-8512>.

A gramaticalização consiste num processo de mudança linguística e está intrinsecamente relacionada aos usos da língua, por isso, os estudos voltados para esse conceito integram as pesquisas de cunho funcionalista. Meillet é reconhecido como o cunhador do termo **gramaticalização** (doravante, GR), primeiramente utilizado em 1912. Portanto, a história desse processo pode estar relacionada a épocas bem mais remotas. Em contrapartida, também apresenta continuidade em estudos atuais relacionados à Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995, 2006) e em estudos cognitivistas (TOMASELLO, 2010; LANGACKER, 2013, para citar alguns).

A noção de GR, segundo Hopper e Traugott (1993), já era conhecida no século X, na China, quando os escritores distinguem os símbolos linguísticos “plenos” dos “vazios”. Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007) ressaltam que esse conceito continuou a se desenvolver, durante o século XVII, graças aos estudos de Condillac e Rosseau, na França, e aos de Tooke, na Inglaterra. No século XVIII, a perspectiva de investigação foi continuada com os trabalhos de Bopp, Schelegel, Humboldt e Gabelentz, na Alemanha, e Whitney, nos Estados Unidos.

Nesse percurso histórico, Lehmann (1995 [1982] *apud* NEVES, 2003, p. 113), atribui a Condillac a ideia de que é a partir dos lexemas que surgem as unidades gramaticais e das formas livres, os afixos; e a Tooke (1982), a conclusão de que as preposições derivam de nomes e verbos. Humboldt, nesse período, destaca-se nas pesquisas sobre GR, pois, segundo Hopper e Traugott (1993), é ele que formula a tese de ter existido um período da estrutura gramatical da língua humana no qual o homem se comunicava através de ideias concretas.

Para desenvolver este artigo de caráter bibliográfico, pesquisamos o modo com que o conceito de gramaticalização foi e está sendo construído ao longo dos anos mediante a abordagem de diversos autores que se dedicam a pesquisar acerca de fenômenos relacionados a mudanças linguísticas. Como os estudos nessa área são mais atuais, não se vê a necessidade de analisar épocas anteriores a Meillet, pois, certamente há estudos anteriores ao dele sobre mudança linguística (conforme será apresentado mais adiante), porém, sobre **gramaticalização**, propriamente dita, parece não existir.

Logo, no intuito de que seja possível contemplar as mudanças pelas quais o conceito passou até chegar à definição atual, que se vincula à **Gramática das Construções**, a intenção é abordá-lo a partir de Meillet (1948 [1912]) e a **teoria clássica de gramaticalização**, passando por Kurylowicz (1975 [1965]), Givón (1971) e Goldberg (1995, 2006), numa tentativa de delimitar os autores mais significativos na construção do conceito em questão. Contudo, além desses autores, serão citados outros, que apresentam contribuições nesse percurso de estudos.

Este artigo visa fomentar a discussão sobre o termo **gramaticalização** bem como servir de apoio como uma revisão bibliográfica conceitual aos estudiosos que realizam pesquisas nessa vertente e que objetivam compreender em que consiste a GR.

Para isso, além dessa parte introdutória, este artigo é composto por mais quatro seções. Uma denominada “Concepções de linguagem” em que apresentamos um breve histórico sobre o surgimento da Linguística como ciência e algumas concepções de língua(gem), bem como a concepção adotada neste trabalho, a qual normalmente se fundamenta os estudos voltados à gramaticalização. As seções seguintes “A construção do conceito Gramaticalização” e “Outros conceitos relacionados e relevantes à compreensão da GR” visam, respectivamente, desenvolver como os autores delimitados neste estudo abordam o conceito em pauta e explicar sobre outros conceitos que, de algum modo, relacionam-se à GR, tais como: diacronia e sincronia, gramaticização, lexicalização e outros. Por fim, na última seção, “Considerações Finais”, em síntese, retomamos as principais questões abordadas neste texto e apresentamos nossas impressões sobre o modo como foi e está sendo compreendido o conceito de gramaticalização.

Concepções de linguagem

No início do século XX, surge, no cenário linguístico, a divulgação do trabalho de Saussure, professor da Universidade de Genebra. É a partir da publicação dos estudos desse linguista, compreendidos no livro denominado *Curso de Linguística Geral*, em 1916, que a Linguística passa a ser reconhecida como estudo científico, pois, até então, ela era dependente de outros campos de estudo, como a lógica, a filosofia, a retórica, a história, ou a crítica literária. Para esse cientista genebrino, a língua (*langue*) é o objeto de estudo da Linguística, essa “é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 1916 [2006], p. 17). A fala (*parole*), por outro lado, definida como “um ato individual de vontade e inteligência” (SAUSSURE, 1916 [2006], p. 22), será descartada de sua análise. Dessa forma, o estudo linguístico, proposto por Saussure, “tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, 1916[2006], p. 271).

Se, anteriormente, a Linguística baseava-se nos estudos diacrônicos e no “fato evolutivo”, a partir de Saussure, o ponto de vista dos estudos das línguas passa a ser o sincrônico, o “fato estático”, pois, para ele, “a Linguística sincrônica se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem termos coexistentes e que formam sistemas, tais como são

percebidos pela consciência coletiva”; já ao contrário desta, a Linguística diacrônica focalizará as “relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema em si” (SAUSSURE, 1916 [2006], p. 116).

Dessa forma, para esse estudioso, a regularidade é estabelecida nos fatos sincrônicos, já que os fatos diacrônicos são imperativos. Saussure conceituou a língua, portanto, como algo estático, homogêneo e unitário; sendo assim, tudo que fosse de caráter dinâmico estaria em conflito com suas proposições. Por esse motivo, segundo Lopes-Damasio (2008), o linguista genebrino, para manter a sua concepção estruturalista, manteve-se afastado dos assuntos referentes à mudança. Nesse sentido, todas as explicações que envolviam fatores históricos foram desconsideradas e, conseqüentemente, a GR, nesse período, foi, praticamente, delegada ao esquecimento. Sendo assim, os trabalhos envolvendo as mudanças ficaram enfraquecidos.

Para Meillet (1948 [1912]), no entanto, a noção de linguagem se difere daquela proposta por Saussure. Linguagem, na concepção desse cientista, é “a própria razão de existência do grupo social”. Ela não consiste em uma capacidade inata e é um fato social. Segundo o autor, partindo do pressuposto de que a linguagem é um fato social, só é possível compreender uma mudança linguística mediante a mudança social:

[...] nunca são os fatos históricos em si que determinam diretamente as mudanças linguísticas, e são somente as mudanças de estrutura da sociedade que podem modificar as condições de existência da linguagem. Será necessário determinar a qual estrutura social corresponde uma dada estrutura linguística e como, de maneira geral, as mudanças da estrutura social se traduzem em mudanças da estrutura linguística (MEILLET, 1948 [1912], p. 17-18) [tradução nossa].

Com base nessas reflexões, compreende-se a língua como representação da sociedade, de modo que ambas são interdependentes, ou seja, a mudança linguística é reflexo de mudanças sociais.

Aproximando-se aos estudos sobre gramaticalização, numa noção vinculada à abordagem funcionalista, a língua é concebida como um instrumento de interação social, por meio do qual são estabelecidas relações comunicativas entre os usuários (DIK, 1989 *apud* NEVES, 1997). Nessa perspectiva, a língua é descrita como um sistema não-autônomo, pois está submetida a inumeráveis fatores, relacionados ao uso, que influenciam e refletem em sua estrutura linguística, tais como: a interação social, a cultura, a mudança e a variação, o

processamento mental, a aquisição, a evolução, entre outros. Nesse sentido, é válido citar a elucidação de Freitag (2010, p. 143), de que

A mudança linguística é um fato perceptível a todo instante. Se a língua muda, a gramática também muda. E se a língua está em constante mudança, é pertinente pensar em uma gramática que nunca está acabada, está sempre em processo de mudança porque a língua está em uso. Novas formas emergem, velhas formas assumem novas funções, e assim a gramática vai se moldando, se estruturando. Podemos assumir que não existe uma gramática, e sim “gramaticalização”, o processo em direção à gramática (HOPPER, 1987). A todo o momento, a língua é usada, novas estruturas emergem, se rotinizam, entram para a gramática.

A **gramaticalização** consiste em um dos processos de renovação do sistema linguístico mais estudados atualmente. Subjaz ao entendimento desse processo, a concepção de língua como uma atividade real, sujeita a mudanças decorridas do discurso, ou seja, a língua é entendida como algo concreto e histórico e se encontra em constante “fazimento”, assim como apregoa Coseriu (1979). Nessa esteira, a gramática é o resultado da GR.

Na seção seguinte, abordaremos sobre a trajetória de construção do conceito gramaticalização e, posteriormente, realizaremos algumas explicitações e distinções sobre alguns termos relevantes para a compreensão do processo de GR, tais como léxico, gramatical, diacronia, sincronia, entre outros.

O conceito “gramaticalização”: cronologia e implicações teóricas

Apresentamos, nesta seção, um retrospecto sobre o desenvolvimento do conceito **gramaticalização** com vistas a sistematizar um breve esboço histórico desde Meillet (1948 [1912]) aos dias atuais, remetendo o leitor às diferentes influências que constituem a GR.

Embora, normalmente, a GR tenha como marco inicial a obra de Meillet (1948 [1912]), na qual o autor inaugura o uso do termo gramaticalização, antes de Meillet é possível perceber algumas contribuições bastante significativas de outros autores, tornando-se pertinente citá-los neste texto. Tal como mencionado na introdução deste artigo, segundo Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007, p. 19):

Estudos iniciais passíveis de serem identificados como de gramaticalização datam do século X na China e continuam a se desenvolver no século XVII, com Condillac e Rosseau (na França) e

com Tooke (na Inglaterra); e, no século XVIII, com Boop, Schlegel, Humboldt, Gabelentz (na Alemanha) e Whitney (nos Estados Unidos).

Rosário (2010) acredita vir de Condillac o entendimento que palavras independentes deram origem aos sufixos que se tem hoje. Segundo o autor,

[t]al foi a importância dos estudos de Condillac que Heine *et al.* (1991, p. 5) conferem a Horne Tooke, contemporâneo daquele, o título de “pai dos estudos em gramaticalização”. Segundo Tooke, o “segredo” das palavras reside em sua etimologia. Este autor afirmava que advérbios, preposições e conjunções resultariam da abreviação ou “mutilação” de “palavras necessárias”, ou seja, de nomes e de verbos (ROSÁRIO, 2010, p. 3).

Tooke (1786, 1805, 1857, *apud* GONÇALVES, LIMA-HERNANDES e CASSEB-GALVÃO, 2007) argumentava que, originalmente, a língua é concreta e dessa concretude são derivados itens abstratos.

Entretanto, tendo em vista as considerações e conclusões de alguns estudos, o autor mais significativo antes de Meillet, que abordou sobre o processo de gramaticalização – embora não tenha utilizado esse conceito – foi Wilhelm von Humboldt. Em 1822, Humboldt publicou uma obra intitulada “*Sobre a gênese das formas gramaticais e a influência dessas formas na evolução das ideias*”, em que, semelhantemente à argumentação de Tooke, sugeria “que a estrutura gramatical das línguas humanas foi precedida por um estágio evolucionário da língua no qual só as ideias concretas poderiam ser expressas” (NEVES, 1997, p. 114).

Hopper e Traugott (1993) destacam uma passagem na obra de Humboldt (1971 [1836], p. 75) para afirmar que, desde então, é possível perceber que já se discutia acerca de gramaticalização:

Palavras que realmente têm originado deste modo podem se tornar tão irreconhecíveis no decorrer do tempo, que é difícil decidir se são derivações ou palavras originais // Mesmo se casos individuais possam dar origem a controvérsias, não se pode negar que cada língua deve originalmente ter tido palavras que foram derivadas da emoção direta e da sensação da personalidade envolvida [tradução nossa].

A partir dos autores já citados e de outros, os estudos sobre o processo de gramaticalização foram se desenvolvendo até chegar a Meillet (na França), reconhecido como aquele que cunhou o termo **gramaticalização** e como figura central em estudos nessa área. A GR é entendida por ele como uma ferramenta linguística e histórica cujo objetivo é dar conta

das origens e das mudanças ocorridas nos morfemas lexicais. O termo foi primeiramente utilizado em 1912, em seu trabalho denominado *L'évolution des formes grammaticales*, no qual definia gramaticalização como a “atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma” (MEILLET, 1948 [1912], p. 131). O autor foi o primeiro a desenvolver um estudo exclusivamente voltado à dinamicidade da língua no que concerne ao deslizamento de itens lexicais para itens gramaticais. Esse seu trabalho é de fundamental importância, pois contribui para legitimar, na linguística, a criação de formas gramaticais.

A grande relevância dada a Meillet, portanto, não se vincula apenas ao fato de ter criado o termo, mas, sobretudo, por ter ressaltado os estudos de gramaticalização como fundamentais na ciência da linguagem e ter persistido na ideia de *continuum*, utilizada ainda hoje, para expressar a transição de itens lexicais para itens com função gramatical. Além disso, soma-se às contribuições do autor a constatação de que à medida em que há um aumento na frequência de uso, inversamente, ocorre a perda do valor expressivo das palavras (ROSÁRIO, 2010).

Após Meillet, o conceito continuou alterando-se à medida em que os estudos se desenvolviam. Heine *et al.* (1991, p. 3) apresenta uma das mais clássicas definições para gramaticalização, que é a formulada por Kurylowicz (1975 [1965], p. 52):

A gramaticalização consiste no aumento do percurso de um morfema que avança do léxico para a gramática ou de um estado menos gramatical para um estado mais gramatical [tradução nossa].

Percebe-se, aqui, uma novidade no conceito, a partir do que fora formulado por Meillet (1948 [1912]). Kurylowicz (1975 [1965]) propõe que a gramaticalização não trata apenas da passagem de item lexical para item gramatical, acrescenta a ideia de que itens menos gramaticais podem tornar-se itens mais gramaticais, logo mais abstratos.

Hopper e Traugott (1993) observam que em um artigo de 1968 sobre mudanças de categorias linguísticas, Benveniste utiliza-se de muitos exemplos de Meillet e, inclusive, repetiu algumas de suas ideias, mas em momento algum faz referência à obra do autor francês, tampouco utiliza o termo gramaticalização ou outro equivalente.

Em 1971, Givón lança o *slogan* “*A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem*” e reanima os estudos sobre o processo de GR. Com esse *slogan*, Givón (1971) ressalta o fato de que as formas verbais que atualmente consistem em radicais com afixos reportam a arranjos de pronomes com verbos independentes.

Após Givón, diversos estudos continuam sendo desenvolvidos. Em razão disso, poder-se-ia pensar que o conceito tenderia a passar por alterações. Todavia, o que se percebe é que tais estudos consolidam a concepção já adotada por autores anteriores. Atualmente, é mais comum encontrar estudos que se baseiam nas concepções fornecidas por Meillet (1948 [1912]) e por Kuryłowicz (1975 [1965]). Embora, alguns estudos ainda retomem Humboldt (1971 [1836]), ao enfatizar que numa visão diacrônica, na oração, os itens lexicais transformam-se em gramaticais.

Percebe-se que, apesar de existir distintas conceituações à **gramaticalização** ao longo dos anos, todas apresentam em comum o julgamento deste processo como essencialmente diacrônico, mediante o qual é possível analisar a evolução linguística e reconstruir a história de determinada língua ou grupos de línguas. A definição de GR proposta por Traugott e König *apud* Heine *et al.* (1991, p. 4), evidencia tal percepção:

A gramaticalização refere-se principalmente a um processo histórico unidirecional e dinâmico por meio do qual itens lexicais, com o passar do tempo, adquirem um novo *status* como formas gramaticais ou morfossintáticas, e no processo começam a codificar relações que ou não foram codificadas antes ou foram codificadas diferentemente.

Tal definição acrescenta a ideia de unidirecionalidade à GR, aprimorando-se a concepção de Kuryłowicz. A unidirecionalidade prevê que as mudanças linguísticas ocorrem num *continuum*, “[...] operadas sempre da esquerda para a direita e, nesse caso, de categorias cognitivas mais próximas do indivíduo, [+concretas], para categorias cognitivas mais distantes do indivíduo [-concretas]” (GONÇALVES, LIMA-HERNANDES e CASSEB-GALVÃO, 2007, p. 40).

A propósito, a unidirecionalidade, ou **assimetria direcional**, como tem sido empregada por Vicent (2001 *apud* TRAUGOTT, 2001), buscando um termo mais neutro, tem sido associada com a GR desde tempos antigos. Traugott (2001) reconhece essa linha de pensamento nos trabalhos sobre enfraquecimento morfológico de Gabelentz (1891) e nos trabalhos de Meillet (1912), pois, segundo este, a mudança de item lexical para gramatical seria a única maneira de introduzir inovação na estrutura de uma língua. Considerada, por muitos teóricos, como a principal característica do processo da GR, Traugott (2010) enfatiza que a unidirecionalidade foi o centro das atenções das pesquisas sobre mudança por aproximadamente dez anos a partir de meados dos anos 90.

Para a maior parte dos estudiosos, a unidirecionalidade é considerada como um princípio. Associada a ela, o termo *continuum* é utilizado para representar os deslizamentos entre: (i) classes de palavras; (ii) categorias semânticas; e, na maioria dos casos (iii) funcionalidades das palavras/estruturas. Esse percurso pressupõe, segundo Hopper e Traugott (1993), uma gradualidade, pois as formas não mudam abruptamente de uma categoria para outra, mas passam por uma série de transições graduais, que tendem a ser similares mesmo em idiomas diferentes.

Esses autores asseveram que, de uma perspectiva histórica, o *continuum* é um caminho natural, ao longo do qual as formas modificam, numa espécie linguística de “forma escorregadia” que orienta o desenvolvimento dos itens ou construções focalizados. Sincronicamente, é um declínio que pode ser pensado como um arranjo de formas ao longo de uma linha imaginária, em que, numa extremidade, tem-se uma forma mais completa, “lexical”, e, na extremidade oposta, uma forma compactada e reduzida, “gramatical”.

Esse percurso unidirecional da mudança, para Givón (1971) se dá a partir da passagem do discurso para a morfossintaxe; para Meillet (1948 [1912]), a partir da passagem do lexical para o gramatical, e, nos novos estudos, a partir de deslocamentos de qualquer material linguístico que se torna mais gramatical.

Newmeyer (1998 *apud* TRAUGOTT, 2010) alega que a GR é um processo distinto dos outros percebidos na língua. Ele argumenta, ainda, que o termo **processo** é perigoso no trabalho histórico, uma vez que ele implica mudança e está sujeito a um conjunto de leis que são independentes das mentes e comportamentos do falante, considerando, assim, a unidirecionalidade como um “**epifenômeno**”. Fato esse que fizeram os autores Hopper e Traugott (1993) suprimirem o termo **processo** do estudo de GR, porém, neste artigo, manteremos o termo por entendermos “processo” como algo fluído pelo qual as mudanças acontecem gradualmente. Nessa mesma direção de Newmeyer, a unidirecionalidade sofreu inúmeras críticas por diversos pesquisadores, principalmente no início da década de 1990, momento de maior destaque da discussão sobre a mudança linguística.

Alguns estudos buscam comprovar que nem sempre o processo de GR é unidirecional e ocorre, necessariamente nessa ordem (concreto > abstrato), porém, ainda são poucos comparados à grande quantidade de estudos que atestam o princípio de unidirecionalidade.

Matisoff (1991 *apud* MARTELOTTA, VOTRE e CEZARIO, 1996) afirma existir um processo inverso à GR, o qual ele denomina de **degramaticalização**. Como exemplo, apresenta o item lexical *bus*, advindo da terminação do dativo plural latina, *omnibus*. Martelotta, Votre e Cezario (1996) destacam, ainda, no estudo de Heine *et al.* (1991), os casos, reconhecidos pelos

autores, em que a unidirecionalidade da GR seria contestável, porém, afirmam tratar-se de casos “estatisticamente insignificantes” (tal como avaliamos ser também o exemplo apresentado por Matisoff, supracitado) ou resultados de uma análise inadequada.

Além do termo degramaticalização, que se refere a uma forma que perde gramaticalidade, o termo **regramaticalização** também é utilizado na referência aos casos em que uma unidade sem função passa a adquirir função gramatical.

Sobre isso, Lehmann (2002) salienta que a imagem espelho da GR chama-se **degramaticalização**. Para fundamentar sua afirmativa, o autor apresenta o seguinte quadro:

Quadro 1: Processo de Gramaticalização (LEHMANN, 2002, p.17).

Nível	Maior	Menor
Unidade complexa	Sentença	Palavra Sufixo
Função X Estrutura	Icônico	Arbitrário
Unidade afetada	Palavra	Morfema Aspecto
Manipulação	Livre	Obrigatória
Significado	Concreto	Abstrato
Processo	<p>Gramaticalização Degramaticalização</p>	

Esse quadro nos mostra, de forma clara, o percurso da mudança em todas as categorias e nos dois sentidos: quando parte da esquerda para a direita, tem-se a **gramaticalização**, e inversamente, teremos a **degramaticalização**.

Ainda sobre as críticas a respeito da unidirecionalidade, Lopes-Damasio (2008) refere-se a alguns teóricos que compreendem vários trajetos unidirecionais, postulando a ideia da **poligramaticalização**. Segundo a autora, dependendo do fenômeno observado, há possibilidade de existir mais de uma trajetória de mudança, porém, isso não desqualifica a tendência unidirecional dessas mudanças linguísticas. Ela ainda sustenta que essas trajetórias ilustram “a atuação dos resultados dos processos previstos na GR, como: a especialização, a divergência, a renovação e a estratificação”. Esses processos se respaldam na hipótese da direção única; “e não condizem, em qualquer hipótese, com o inverso da unidirecionalidade” (LOPES-DAMASIO, 2008, p. 24).

Sob o enfoque funcionalista, alguns fatores como o papel da interação e o papel da cognição são considerados essenciais na análise das mudanças linguísticas. Na perspectiva da gramaticalização clássica - abordagem que prevê um processo unidirecional de mudança de um

item lexical a gramatical - dentre os mecanismos cognitivos envolvidos nesse processo, os estudos sob esse enfoque dão destaque à analogia e à reanálise. Compreende-se por analogia o mecanismo mediante o qual a mente humana estabelece relações de similaridade entre formas originalmente distintas. A reanálise, por sua vez, conforme Langacker (1977), é entendida como mudança na estrutura sintática.

Avançando os estudos sob o viés funcionalista, chegamos à abordagem da **Gramática de Construções**. Representantes da abordagem construcional, Traugott e Trousdale (2013) desenvolvem suas pesquisas dando grande ênfase à analogia, como um dos principais mecanismos cognitivos envolvidos nas mudanças linguísticas.

Atualmente, há uma tendência, cada vez mais forte, de se estudar a gramaticalização à luz das **construções** sintáticas e é sob esse prisma que modernos trabalhos funcionalistas são desenvolvidos. Segundo Goldberg (1995, p. 4):

Construções são tidas como as unidades básicas de linguagem. Padrões frasais são considerados construções se algo sobre a sua forma ou significado não é estritamente previsível a partir das propriedades de suas partes componentes ou de outras construções. Ou seja, a construção é postulada na gramática, se puder ser demonstrado que o seu significado e/ou a sua forma de composição não é derivada de outras construções existentes na língua [tradução nossa].

Desse modo, a frequência de uso de uma determinada construção é que contribui para a ocorrência da gramaticalização desse padrão linguístico e que passa a compor um esquema mental acessível aos falantes.

Em suma, utilizando-nos das palavras de Neves (1997, p. 115), “**Gramaticalização**, na verdade, é um termo que não se define num sentido exatamente igual nos diversos estudiosos” e, à medida que os estudos nessa área são desenvolvidos, a tendência é que ocorra ainda mais alterações na concepção desse conceito. Contudo, diante dessas alterações, é necessária cautela para que não se confunda **gramaticalização** com outros conceitos similares, correspondentes a processos e fenômenos distintos, mas que, muitas vezes, não deixam de se relacionar à GR. Na próxima seção, são apresentados alguns desses outros conceitos que se distinguem, bem como conceitos que se associam à gramaticalização.

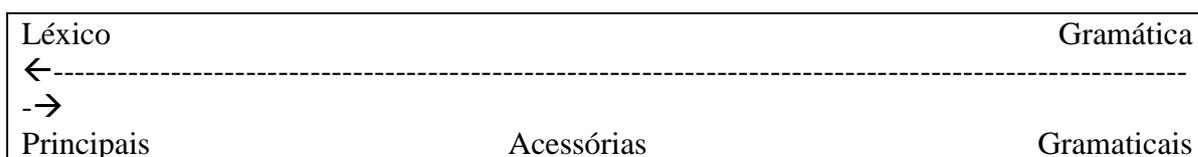
Outros conceitos relacionados e relevantes à compreensão da GR

Conforme Heine *et al.* (1991), muitos pesquisadores utilizam de forma inadequada conceitos, tais como: reanálise, sintaticização, *bleaching* [desbotamento] semântico, enfraquecimento semântico, *fading* [desaparecimento gradual] semântico, condensação, redução etc., como sinônimos de gramaticalização, enquanto, na realidade, tais conceitos consistem em apenas características do processo.

Para entendermos, de fato, a GR, faz-se necessária a explicitação dos termos utilizados para defini-la, tais como: lexical, gramatical e suas variações. A distinção entre léxico e gramática, para Martellota (2008, p. 43), tem origem na gramática greco-romana que parte da categorização dos elementos em dez classes de palavras – substantivo, artigo, adjetivos, pronome, verbo, numeral, advérbio, preposição, conjunção e interjeição –, de forma que cada item pertença a uma classificação fixa, não havendo, assim, possibilidade de posições intermediárias ou ambíguas. Para Longhin, “essa classificação não dá conta de agrupar coerentemente os vários tipos de palavras, pois combina critérios de ordem diversa – formal, semântica e funcional – a partir dos quais se chega a resultados conflitantes” (LONGHIN, 2003, p. 75).

Nessa perspectiva, Meillet (1912) compreende a passagem do léxico para a gramática de forma gradual, através da distinção de três classes de palavras: as principais, as acessórias e as gramaticais (GONÇALVES, LIMA-HERNANDES e CASSEB-GALVÃO, 2007), tal como ilustrado pelo Esquema 1 a seguir.

Esquema 1: *Cline* das classes de palavras conforme Meillet (1912)



Longhin (2003), acerca da proposta de Meillet, esclarece que os nomes, adjetivos, verbos e complementos circunstanciais pertencem à primeira classe, em que se encontram aquelas palavras indicadoras das ideias centrais; as preposições, conjunções e os auxiliares às outras duas classes subsequentes, que, de acordo com Meillet, tratam das palavras cuja função é a de especificar o valor das principais, como também regular a gramática da língua. A autora salienta já existir, nessa proposta do pesquisador francês, a preocupação em relativizar esse “enquadramento”, pois, dependendo do enunciado, a palavra pode desempenhar outra função que não aquela previamente definida.

Martelotta, Votre e Cezario (1996), em consenso com o estudo de Meillet, assevera que uma distinção categórica entres os conceitos de léxico e gramática é problemática, pois há elementos, como o advérbio, que apresentam características que tanto podem defini-lo como um item lexical quanto como um item gramatical. Então, propõe que a distinção entre léxico e gramática seja entendida como um *continuum*, como apresentado acima, no qual, de um lado, encontram-se elementos **prototipicamente lexicais**, cujas propriedades referenciam dados do universo biopsíquico-social, indicando entidades, ações, processos, estados e qualidades. Do outro, elementos **prototipicamente gramaticais**, cujas características cuidam de organizar os elementos de conteúdo no discurso, ligando palavras, orações e partes do texto, marcando noções de tempo, aspecto, modo, modalidade etc.

Hopper e Traugott (1993) também partem da distinção entre itens lexicais e gramaticais para explicar como se caracteriza uma forma gramaticalizada. Para eles, os itens lexicais são utilizados para relatar ou descrever as coisas, as ações e as qualidades; já os itens gramaticais são aqueles que estabelecem relações entre nomes (função das preposições); articulam os discursos (função dos conectivos); designam se coisas ou seres do texto já foram ou não identificados (atribuição dos pronomes e artigos); e revelam se essas coisas ou seres estão próximos ou distantes do falante ou do ouvinte (papel desempenhado pelos demonstrativos). Nesse sentido, uma forma gramaticalizada é aquela que um item/construção lexical assume quando passa a desempenhar funções de um item/construção gramatical.

Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) distinguem morfemas lexicais de morfemas gramaticais. Para os autores, os primeiros são aqueles pertencentes às classes abertas de palavras, que se caracterizam por terem significados mais específicos; já os morfemas gramaticais são aqueles que integram uma classe fechada e os seus constituintes são caracterizados por determinados comportamentos gramaticais, como a posição de ocorrência, as restrições de co-ocorrência etc.

Nessa mesma direção, Traugott (2001) distingue três espécies de termos: (i) itens lexicais: são, muitas vezes, unidades independentes, palavras de classe aberta, em seus primeiros estágios; (ii) **construções**: são unidades das quais as cláusulas são construídas, incluindo os itens lexicais de classe aberta e itens gramaticais de classe fechada, como as preposições e os verbos auxiliares; e (iii) **função gramatical**: classe relativamente fechada de itens específicos do idioma, como pronomes, objetos, adjuntos etc. A essa classe, a autora também inclui os marcadores discursivos.

Na distinção que Martelotta (2008) faz entre léxico e gramática, o léxico refere-se aos elementos que fazem referência a dados do universo biopsíquico-social, que “refletem uma

associação mais direta com fatos do mundo extralinguístico”. Enquadram-se nessa categoria os substantivos, os adjetivos e os verbos plenos. E a gramática refere-se aos elementos organizadores dos itens lexicais no discurso, têm valor estrutural ou funcional e possuem um caráter mais intersubjetivo. Pertencem a essa divisão os artigos, as conjunções, as preposições, os marcadores discursivos e os verbos auxiliares.

Relevantes, também, são as noções de diacronia e sincronia, para a formulação do conceito gramaticalização. Como pôde ser visto na seção anterior, a gramaticalização tende a ser associada a uma abordagem diacrônica das mudanças linguísticas. Todavia, os estudos nesse campo podem ser realizados tanto sob uma perspectiva **diacrônica** que focaliza a explicação do surgimento e desenvolvimento das formas gramaticais, em relação ao passar do tempo; quanto **sincrônica**, se o estudo estiver voltado para um enfoque pragmático-discursivo e sintático, a partir do qual identificará o grau de gramaticalidade adquirido pela forma linguística; ou mesmo **pancrônica**, quando partir do entendimento da interdependência dessas duas perspectivas, sincrônica e diacrônica.

Em vista disso, nos estudos de Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007) e de Lopes-Damasio (2011) a GR pode ser definida como **processo** e/ou como **paradigma/modelo conceitual**. A GR é entendida como **paradigma/modelo conceitual** em estudos de língua cujo foco está na maneira como as formas gramaticais e construções aparecem e como são usadas pelos falantes. Já os estudos que se detêm na identificação e análises dos itens que se transformam em mais gramaticais entendem-na como **processo**, que pode ser considerado a partir de uma perspectiva diacrônica, sincrônica ou pancrônica.

A partir do exposto, podem ser distinguidos outros dois conceitos: **gramaticalização** e **gramaticização** que, segundo alguns autores (HEINE *et al.*, 1991; CASTILHO, 1997; HOPPER e TRAUGOTT, 1993, entre outros), não se referem ao mesmo fenômeno. Segundo Hopper e Traugott (1993), a diferença entre esses termos consiste no recorte temporal: a **gramaticização** refere-se a estudos em uma perspectiva sincrônica de mudança e a **gramaticalização** está ligada ao estudo diacrônico ou pancrônico. Para Castilho (1997), ambos os termos demonstram que os fenômenos sincrônicos e diacrônicos sempre estiveram nas pesquisas linguísticas. Também para o autor, “por Gramaticização entendem-se os fenômenos de transição entre categorias, apanhados em um processo no plano sincrônico; por Gramaticalização entende-se o produto final que resulta da gramaticização, no plano diacrônico” (CASTILHO, 1997, p. 27).

Cabe ainda ressaltar que há muitos outros fenômenos de natureza morfossintática que se relacionam estreitamente ao paradigma da gramaticalização e comumente são confundidos

com ele, como é o caso da **lexicalização**. A lexicalização é compreendida como sendo um fenômeno contrário à gramaticalização, ou seja, refere-se à passagem de um item [+gramatical] (abstrato) para um item [-gramatical] (concreto). Assim, é importante alertar para o fato de que “[...] todo fenômeno de gramaticalização pressupõe mudança, mas nem toda mudança pressupõe gramaticalização” (GONÇALVES, LIMA-HERNANDES e CASSEB-GALVÃO, 2007, p. 66).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, traçamos um percurso histórico dos estudos que envolvem o processo de gramaticalização e constatamos seu início datado no século X. Trata-se, portanto, de algo que não é recente na linguística. Porém, teve maior difusão na década de 1990, após passar a efervescência dos estudos dicotômicos de Saussure.

Embora, antes da obra de Meillet (1948 [1912]), o conceito **gramaticalização** não existisse, já se discutia acerca das mudanças categoriais e semânticas pelas quais algumas formas linguísticas podem passar. Conforme citado anteriormente, Humboldt (1971 [1836]) foi um dos principais autores a discorrer sobre esse aspecto. A partir do século XX, quando Meillet (1948 [1912]), então, nomeia o conceito, os estudos desenvolvem-se e a GR apresenta continuidade, aperfeiçoando-se cada vez mais.

A partir de um trajeto histórico, apresentamos alguns autores que tiveram relevância nos estudos de GR e como eles definem esse processo. Identificamos, dessa forma, que, apesar das diferenças de conceituação, os autores partilham a ideia de que a mudança via GR se compreende num *continuum*, que parte de um polo, no qual encontram-se os itens lexicais, para um outro, onde estão os gramaticais.

Em estudos atuais, amplia-se o conceito ao instituir a noção de que qualquer material linguístico, não apenas itens, mas também construções, pode estar suscetível à gramaticalização, passando de um estágio concreto a um estágio mais abstrato.

Necessária se fez a apresentação de alguns termos importantes para o entendimento da GR, principalmente, a definição de unidade lexical e gramatical e suas derivações. Assim, por lexical, entendem-se as categorias prototípicas que fazem referência ao mundo biopsíquico-social e por gramatical, compreendem-se as propriedades que organizam o discurso. Nesse sentido, a GR é um processo unidirecional em que itens lexicais/construções, em contextos específicos, assumem funções gramaticais, e se gramaticais, passam a mais gramaticais.

Enfim, observa-se que o conceito **gramaticalização** está sendo construído com o passar do tempo e em consonância com os estudos que se desenvolvem nessa área, podendo apresentar formulações distintas entre autores e épocas.

REFERÊNCIAS

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. A gramaticalização. *Estudos linguísticos e literários*, Bahia: UFBA, n. 19, p. 25-63, mar. 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/issue/view/1125/112>. Acesso em: 26 out. 2014.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Emergência e inovação na língua: explorando o paradigma funcional da gramaticalização. *Fólio – Revista de Letras, Vitória da Conquista* v. 2, n. 1, p. 143-161, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/3631/3004>. Acesso em: 01 set. 2014.

GABELENTZ, George von der. *Die Sprachwissenschaft: ihre Aufgaben, Methoden, und bisherigen Ergebnisse*. Leipzig: Weigel, 1891.

GIVÓN, Talmy. Historical syntax and synchronic morphology: an archaeologist's field trip. *Papers from the 7th Regional Meetings*. Chicago: Chicago Linguistic Society, p. 394-415, 1971.

GOLDBERG, Adele. *Construction at work: the nature of generalization in Language*. Oxford: Oxford Press, 2006.

GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago, 1995.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. (orgs.). *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

HEINE, Bernd *et al.* *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HUMBOLDT, Wilhelm. *Linguistic variability & intellectual development*. Miami: University of Miami Press, 1971 [1836].

KURYLOWICZ, Jerzy. The evolution of grammatical categories. In: KURYLOWICZ, Jerzy. *Esquisses linguistiques II*. Munich: Wilhelm Fink Verlag, 1975 [1965]. p. 38-54.

LANGACKER, Ronald W. *Essentials of cognitive grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

LANGACKER, Ronald W. Syntactic reanalysis. In: LI, Charles N. (ed.). *Mechanisms of syntactic change*. Austin: University of Texas Press, 1977. p. 57-139.

LEHMANN, Christian. New reflections on grammaticalization and lexicalization. In: WESCHER, Ilse; DIEWALD, Gabriele (ed.). *New reflections on grammaticalization*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2002. p. 01-29.

LONGHIN, Sanderléia Roberta. *A Gramaticalização da perífrase conjuncional 'só que'*. 2003. 212 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

LOPES-DAMASIO, Lúcia Regiane. *A emergência do marcador discursivo "Assim" sob a óptica da Gramaticalização: um caso de multifuncionalidade e (inter)subjetivação*. 2008. 246 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. *Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional*. (orgs.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ, 1996.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Gramaticalização de conectivos portugueses: uma trajetória do espaço para o texto. *Estudos Linguísticos*, 2, Edições Colibri, Lisboa, 2008, p. 41- 60.

MEILLET, Antoine. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948 [1912].

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. SciELO-Ed. UNESP, 2003.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do. Gramaticalização: uma visão teórico-epistemológica. *Palimpsesto*, Dossiê (2), n. 11, ano 9, p. 1-18, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Tradução: A. Chelini. J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

TOMASELLO, Michael. *Origins of human communication*. Cambridge: MIT Press, 2010.

TRAUGOTT, Elizabeth. Closs. *Legitimate counterexamples to unidirectionality*. Paper presented at Freiburg University, October 17th 2001. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~traugott/papers/Freiburg.Unidirect.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Grammaticalization. In: LURAGHI, Silvia; BUBENIK, Vit (eds). *Continuum Companion to Historical Linguistics*. London: Continuum Press, 2010, p. 269-283.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.